



Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo via Extensão Universitária: a experiência do ATAU-UNIFAP

Autores:

Melissa Matsunaga - Universidade Federal do Amapá - matsunagamk@gmail.com

Marcelle Vilar da Silva - Universidade Federal do Amapá - cellevilar86@yahoo.com.br

Patricia Takamatsu - Universidade Federal do Amapá - patritak@gmail.com

Resumo:

O artigo objetiva abordar a experiência do Projeto de Extensão Universitária 'Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo' da UNIFAP (ATAU) que tem como área de intervenção o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (CHMOS) localizado na zona norte de Macapá-AP. O CHMOS corresponde a um conjunto de 528 UH térreas do PMCMV e foi entregue em 2013 pelo Poder Público Municipal. Tendo em vista que a área construída da UH apresenta-se insuficiente para a maioria dos perfis familiares, o ATAU visa, num primeiro eixo de atuação, assistir dez famílias moradoras do Conjunto elaborando - em diálogo com as mesmas -, o projeto de reforma e adequação das residências às suas necessidades e desejos. O segundo eixo foca a elaboração de projeto para as áreas públicas do CHMOS, através da discussão e acordo coletivos sobre usos pretendidos para tais áreas. O ATAU mobiliza a Lei Federal No. 11.888/2008 -- que "assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social" como parte do direito social à moradia, conforme Art. 6º da Constituição Brasileira. Pretende-se discorrer sobre a metodologia empregada, o histórico do CHMOS, além de analisar o potencial que a atividade extensionista possui em pautar as atividades de ensino e pesquisa, reforçando o caráter crítico e comprometido à realidade social local dos egressos do curso de arquitetura e urbanismo da UNIFAP.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO VIA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MACAPÁ-AP

A experiência do ATAU-UNIFAP

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito tem-se discutido sobre o papel da extensão universitária, que corresponde a um dos três componentes elementares da universidade pública brasileira. Entretanto, seu papel ainda é colocado em segundo plano não recebendo tanta importância como as áreas de ensino e pesquisa. Deve-se, no entanto, ter foco no compromisso social que a universidade deve ter em relação à sociedade através da formação cidadã de seus profissionais. No que diz respeito à formação do profissional do arquiteto e urbanista, sua função social é de extrema importância num país como o Brasil, onde 85% das construções são realizadas sem a utilização de serviços de profissionais técnicos como arquitetos ou engenheiros. No caso da região norte do país, onde se localiza o presente estudo, esse índice chega a 90% dos casos¹. Ou seja, podemos dizer que a maior parte de nossas cidades é produzida sem projeto, utilizando mão-de-obra familiar ou de amigos, geralmente num bairro de infraestrutura precária, e o lote, muitas vezes obtido no mercado informal.

Como agravante desta situação, a proposta estatal predominante para a habitação de interesse social tem sido desde 2009 uma solução padronizada, de grande escala, na perspectiva econômica de produzir mais (unidades) com menos (recursos); podemos citar como exemplos desse modelo no estado do Amapá, o Conjunto Residencial Mucajá (592 UH) e o Conjunto Residencial Macapaba I e II (4366 UH). Tais conjuntos nem sempre refletem as aspirações das famílias, seja porque a tipologia de apartamento não condiz com o modo de vida de grande maioria da população amapaense, seja porque a padronização com a adoção de materiais inadequados ao clima da região e a minimização dos ambientes também não estão de acordo com o zoneamento bioclimático e costumes locais.

Diante de tal panorama, busca-se no presente artigo discorrer acerca do Projeto de Extensão Universitária “Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo” da Universidade Federal do Amapá (ATAU-UNIFAP) desenvolvido no município de Macapá por docentes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo desde 2017. O ATAU-UNIFAP tem o objetivo de prestar assistência técnica para reforma habitacional a famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos). Para tanto, o ATAU-UNIFAP mobiliza a Lei Federal No. 11.888/2008 - que

¹ Fonte: Pesquisa CAU-BR Datafolha de 2015. Disponível em: <http://www.cau.br/pesquisa2015/>. Acesso 24 jul 2018.

"assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social" como parte do direito social à moradia, conforme a Constituição Federal Brasileira -, tendo como meta inicial o atendimento de 10 (dez) famílias residentes no Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos.

O artigo estrutura-se em três partes. Na primeira são apresentados dados históricos e populacionais sobre a região norte do Brasil, em especial sobre o estado do Amapá e sua capital, Macapá, e a função da universidade pública e do curso de arquitetura e urbanismo em tal contexto. Posteriormente é abordado o direito à moradia como um dos pressupostos básicos e fundantes para uma sociedade brasileira menos desigual. E por fim, são apresentados os objetivos do projeto de extensão e analisados sua metodologia, a efetividade dos critérios de seleção e o tecido social do Conjunto Mestre Oscar Santos. Além disso, são apresentadas algumas das dificuldades de implementação do projeto e conclusões preliminares acerca dos impactos gerados, seja na perspectiva de vida dos moradores assistidos, seja nos alunos vinculados ao projeto na universidade.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A Região Norte é a maior região do Brasil, ocupando cerca de 45% do território nacional; também em comparação com as demais regiões brasileiras, é a que apresenta menor densidade demográfica, de 4,69 hab/Km², contrastando com a maior densidade do Brasil, a da Região Sudeste com 87 hab/Km². Possui 450 municípios distribuídos nos 7 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. (IBGE, 2010)

A região Norte coincide com a Região Amazônica, com exceção de parte do Tocantins. Considerando os índices citados acima, induz-se a uma ideia de vazio demográfico, no entanto, 70% dos amazônidas vivem em núcleos urbanos, segundo Becker (2013). E nesse sentido, a atenção em relação às cidades, suas gestões e condições de infraestrutura devem ser na mesma medida, ou melhor, até maior do que a atenção dada às condições de outras regiões brasileiras onde há maior concentração populacional como a região Sudeste. A região Norte apresenta grandes contrastes; ao mesmo tempo em que há grande abundância de recursos naturais, tais como a Floresta Amazônica e o Rio Amazonas, seus municípios apresentam altos índices de vulnerabilidade social e altas taxas de mortalidade infantil além de precárias condições de saneamento ambiental.

No caso do estado do Amapá, ao analisar a sua configuração territorial em sua adequada escala de grandeza, verificamos que sua posição geográfica em relação ao país assume características estratégicas: apesar de estar localizado na margem esquerda do Rio Amazonas o que lhe atribui uma falsa impressão de isolamento geográfico, a condição fronteira com a Guiana Francesa conjugada às porções de reservas ambientais conferem-lhe extrema importância mundial na preservação do bioma Amazônico (Figura 1).

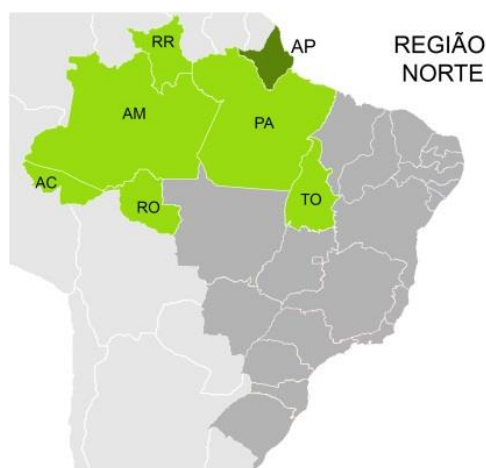
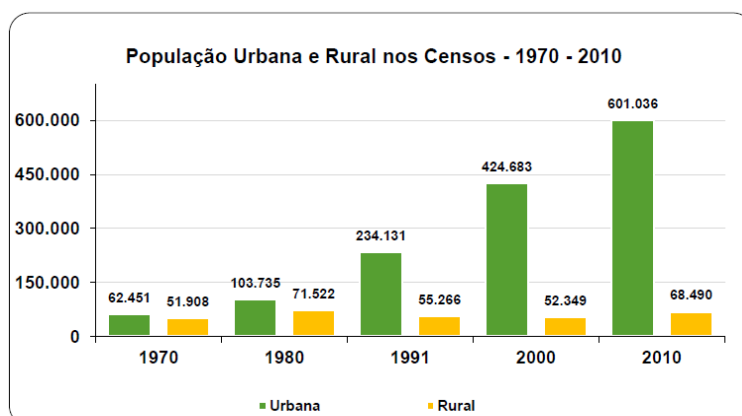


Figura 1 - A localização do estado do Amapá na região Norte do Brasil. Elaboração: MATSUNAGA (2018).

Considerando que o Amapá é um estado novo² – criado pela Constituição Federal de 1988 –, é preciso atentar ao fato de que seu desenvolvimento se dá a partir de condições históricas, políticas, econômicas e sociais inerentes à sua localização geográfica em relação ao restante do país. Por isso, em relação ao processo de urbanização, ao recorrermos ao histórico do crescimento urbano no Estado veremos que o desenvolvimento urbano de suas cidades – que atualmente somam 16 municípios – é recente, apresentando ainda muitos desafios a serem superados.

Segundo Tostes (2006), o crescimento populacional do Amapá nas últimas décadas (Figura 2) foi impulsionado não apenas pelo processo político-administrativo de estadualização, mas também pela implantação da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana em 1991, atraindo famílias de outros estados como Maranhão e Pará.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Figura 2 - População Urbana e Rural nos Censos 1970-2010 no estado do Amapá. Fonte: IBGE, 2010

² Até o ano de 1943 o território do atual estado do Amapá pertencia ao estado do Pará. De 1943 a 1988, foi considerado Território Federal do Amapá, vinculado diretamente ao Governo Federal. Em 1988 a Constituição Federal, num processo de descentralização político-administrativa promove sua estadualização.

Macapá concentra atualmente 493.634 habitantes³, sendo a ocupação urbana espraiada, com pouca verticalização, com potencial de adensamento das áreas centrais. Apesar de pouco densa, Macapá teve um grande salto populacional nas últimas décadas, impulsionando as taxas de crescimento do estado do Amapá e promovendo o adensamento da ocupação de áreas de caráter ambiental, conhecidas localmente como áreas de ressacas ou áreas de pontes.

Muitos estudos técnicos e científicos já foram realizados sobre a ocupação antrópica das áreas de ressacas, sendo considerada um dos mais sérios conflitos socioambientais no meio urbano macapaense. Apesar disso, as políticas públicas pouco avançaram na resolução de tais conflitos sendo que toda e qualquer ação em área úmida, considerada pela legislação local como de preservação e patrimônio ambiental, é tratada a partir de um processo de judicialização. (TOSTES, 2016)

A Figura 3 apresenta o tecido urbano de Macapá; as áreas com fundo em verde são as áreas úmidas ocupadas por moradias. Entende-se que a ocupação humana das áreas úmidas – por se configurar de maneira informal e cujos serviços coletivos urbanos são ausentes –, reflete uma das faces do processo de segregação espacial, vulnerabilidade social e espoliação urbana, nos termos de Kowarick (1979). Ademais, nos estudos sobre a habitação social brasileira desde o final dos anos 1970, a literatura acadêmica tem demonstrado uma justaposição da vulnerabilidade social a questões ambientais. As análises reforçam invariavelmente que a população pobre é excluída e marginalizada não apenas socialmente, mas também espacialmente, e que, na maioria das vezes, as áreas ambientalmente frágeis são o espaço da cidade que lhes cabe (MARICATO (Org.), 1982/1979, MARICATO, 1996; ROLNIK, 1997; FIX, 2001; MARTINS, 2006).



Figura 3 - Tecido urbano de Macapá no encontro entre as áreas de terra firme e as áreas úmidas. Fonte: Google Earth, 2018.

³ População estimada [2018]. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2017.

No caso do Amapá, o conflito é ainda maior pois a maior parte das terras do estado não são tituladas, continuando como glebas pertencentes à União ou em alguns casos, ao Município. Este fato corresponde a um grande empecilho para a implementação de uma política habitacional efetiva. E nesse sentido, a questão da moradia no Amapá apresenta-se como um enorme desafio, não apenas para os gestores públicos, mas também para a universidade, que precisa formar cidadãos cientes de um processo de urbanização desigual promovida pelo próprio Estado.

A UNIFAP E O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) surgiu como um núcleo avançado de ensino vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1970 com a oferta de aproximadamente 500 vagas na área do magistério, implantando assim o ensino superior no Amapá. Em 1986 a Lei Federal Nº 7.530/1986 autorizou a criação da UNIFAP pelo Poder Executivo, porém somente após alguns anos o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem foi realizado, em 1990. (UNIFAP, 2015)

Atualmente, há 26 cursos de graduação distribuídos em sete departamentos acadêmicos nos quatro campis universitários existentes. Além do campus Marco Zero em Macapá, há o campus Oiapoque ou Binacional, o campus Santana e o campus Mazagão. Além disso, há estruturas físicas pertencentes à UNIFAP nos municípios de Amapá, Laranjal do Jari e Tartarugalzinho (Figura 4) . (UNIFAP, 2015)



Figura 4 - Presença geográfica da UNIFAP. Fonte: UNIFAP, 2015.

O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP foi criado pela Resolução No. 13, de 26 de novembro de 2004 - CONSU-UNIFAP, sendo a primeira turma de 50 alunos ingressa no ano de 2005 no *campus* da cidade de Santana, distante cerca de 20 Km da cidade de Macapá. No ano de 2016 o curso foi transferido para o *campus* Marco Zero e

atualmente o corpo docente possui 23 professores em sua totalidade, apenas 4 deles com título de doutorado.

Tendo em vista a recente mudança de endereço, o curso está se reestruturando e no que se refere às atividades extensionistas, é preciso dizer que são incipientes, com poucos eventos abertos à comunidade externa e raros projetos de extensão vinculados diretamente às comunidades e articulados a outros órgãos e instituições.

O DIREITO À MORADIA E A LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

O processo de redemocratização e a garantia dos direitos políticos com a Constituição Federal de 1988 abriram as possibilidades de novas formas de participação, com atuação da sociedade civil organizada na ampliação do debate em torno dos problemas urbanos. Assim, a questão urbana seria pautada através de Emenda Popular pela Reforma Urbana (movimentos populares urbanos, entidades sindicais e profissionais, organizações não governamentais, setores universitários e técnicos do Poder Público) na Assembleia Constituinte de 1987, incidindo nos Artigos 182 e 183 da CF/88, que estabelece a função social da propriedade e da cidade na política de desenvolvimento urbano a cargo dos municípios através da elaboração de Planos Diretores.

Com base na assinatura de acordos internacionais, em 2000, o direito à moradia foi incluído como direito social constitucional, alterando o texto da CF/88 através da Emenda Constitucional No. 26/2000, sendo esta a nova redação do Art. 6, que define quais são os direitos sociais do cidadão brasileiro:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (NR)⁴

A regulamentação dos artigos constitucionais 182 e 183 foi longamente negociada tendo sua aprovação treze anos mais tarde, em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade – Lei Federal nº. 10.257/2001. Por sua vez, o Estatuto conferiu aos municípios os instrumentos para promoção da política urbana que poderiam ser mobilizados na implementação dos respectivos Planos Diretores. Nesse contexto, a assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos consta do item V do Art. 4º do Estatuto da Cidade.

A Lei da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social seria aprovada anos após, em 2008 (Lei Federal Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008). Porém, ainda no país e especialmente no estado do Amapá, pouco é dito sobre a referida Lei que “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de

⁴ NR: nova redação. O transporte foi incluído como direito social apenas em 2015, a partir da Emenda Constitucional No. 90/2015.

habitação de interesse social”, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

De acordo com o Art. 2 da referida lei, famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia. Os objetivos da Lei Federal são: (1) otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação; (2) formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos; (3) evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental; e, (4) propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental. (BRASIL, 2008)

Apesar de experiências pré-existentes, com a promulgação da Lei de Assistência Técnica em 2008 há o desencadeamento do fortalecimento das discussões e ações na área e no enfrentamento da questão da moradia no Brasil que vem numa perspectiva dialógica, de pequena escala, mas com um potencial transformador muito amplo. Percebe-se que os agentes promotores de tais projetos e iniciativas não necessariamente correspondem aos poderes públicos locais, que são os responsáveis pela implementação da política pública; surgem como protagonistas desse processo ONGs, movimentos de moradia e universidades, muitas vezes em parcerias com empresas privadas e com Poder Público⁵. Desde 2016 o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) também tem tido papel de destaque ao adotar 2% de seu orçamento para atividades ou projetos vinculados à Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social⁶.

Nesse aspecto, infelizmente há poucos casos registrados e encontrados na região Norte do Brasil. Em pesquisa realizada durante os meses de junho e julho de 2018, foram constatadas apenas 4 iniciativas de atividades de assistência técnica para famílias de baixa renda (Figura 5), todas vinculadas a universidades.



Figura 5 - Projetos de Assistência Técnica de Habitação Social identificados nos estados da Região Norte. Fonte: MATSUNAGA et al (2018).

⁵ Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, CAU/SC, 2017.

⁶ A decisão faz parte das “Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU 2017”, aprovadas na 56ª. Plenária Ordinária realizada dias 21 e 22/07/16 em Brasília.

O PROJETO DE EXTENSÃO ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (ATAU-UNIFAP)

Quando o ATAU foi registrado no início em agosto de 2016 ainda não havia uma área delimitada a ser atendida. A metodologia partia da necessidade de articulação com poderes públicos municipal e estadual, além do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU-AP), cartórios de registro de imóveis, dentre outros órgãos e instituições atuantes no setor, para “abrir os caminhos” da atividade extensionista que previa prestar assistência técnica à famílias de baixa renda nos termos da Lei Federal No. 11.888/2008 que coloca o direito à assistência técnica pública e gratuita às famílias com renda mensal até 3 salários mínimos como parte do direito constitucional à moradia.

Almejava-se atender famílias de baixa renda com casos de construções clandestinas ou com necessidades de ampliação; junto a isso, no entanto, havia o receio de, caso abríamos um cadastro de demanda, surgirem ocorrências em áreas de preservação ambiental como as já citadas ocupações em áreas de ressaca. O intuito da articulação em rede era exatamente mapear as possibilidades de ação interinstitucional já que para promover uma ação de regularização edilícia ou urbana, se faz necessária negociação de trâmites com os órgãos competentes, acordando procedimentos e isenção de taxas. Assim, o Poder Executivo para o ATAU é considerado peça fundamental.

Do outro lado não havia nenhuma demanda socialmente colocada à UNIFAP ou ao curso de Arquitetura e Urbanismo que pudesse servir de estímulo à realização do ATAU. Numa percepção inicial, identificou-se que os movimentos de moradia em Macapá são restritos a associações de moradores com reivindicações próprias aos locais de moradia; suas demandas são apresentadas diretamente aos gestores ou aos vereadores e deputados que têm nas comunidades suas bases eleitorais.

Na fase de preparação e articulação interinstitucional prevista, os diálogos com o Poder Executivo Municipal e Promotoria de Meio Ambiente do Estado do Amapá, inclusive, tinham o sentido de solicitar a indicação de alguma área que tivesse alguma demanda ou conflito instalado já deflagrado, no entanto, não obtivemos sucesso nesse aspecto. A definição da área de intervenção acabou sendo orientada a partir de conversas com docentes do curso que sugeriram à equipe do ATAU o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (CHMOS) (Figura 6).

Assim, depois das tratativas iniciadas em novembro de 2016 com o CAU-AP e Prefeitura Municipal, o ATAU teve suas atividades de campo iniciadas em fevereiro de 2017 com aplicação de questionários socioeconômicos no referido conjunto. Convém destacar que as visitas realizadas contaram com apoio do Comitê Gestor do programa Minha Casa Minha Vida da Prefeitura de Macapá, um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Infelizmente, em todas essas visitas a equipe da prefeitura acionava a Guarda Municipal para o acompanhamento e ‘garantia da integridade física dos alunos’, visto que o

Conjunto era considerado pelo Poder Público uma área violenta com a recorrência principalmente de roubos e assaltos.



Figura 6 - Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos: obras avançando nos passeios públicos; ausência de divisas entre as residências; ausência de arborização urbana e passeios públicos inacessíveis, além de recorrentes problemas na rede de esgotamento sanitário; abertura de comércio locais. Fotos: acervo ATAU, 2016.

O ATAU e sua área de intervenção foram justificadas partindo das seguintes constatações/considerações: (1) alguns Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) estavam deflagrando as reformas e ampliações no CHMOS que eram realizadas sem acompanhamento técnico; (2) proporcionava a experiência prática aos estudantes relativa ao exercício profissional não apenas no âmbito do projeto mas também da execução da obra; (3) possibilitava a experiência no arranjo institucional (docentes – estudantes – comunidade – órgãos/instituições); (4) abria a possibilidade de pesquisa acadêmica acerca do programa MCMV em Macapá; (5) havia uma planta tipo facilitando os trabalhos de levantamento cadastral para as futuras ampliações e reformas (por ser um projeto-piloto não intencionávamos grandes estripulias arquitetônicas); (6) as áreas públicas do bairro estavam totalmente desqualificadas, evidenciando outra oportunidade projetual.

O CONJUNTO HABITACIONAL MESTRE OSCAR SANTOS

Localizado na zona norte da capital amapaense, distante aproximadamente 10 Km do centro histórico da cidade, o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (Figura 7 e Figura 8) corresponde a um conjunto de 528 unidades habitacionais térreas isoladas do Programa Minha Casa Minha Vida e foi inaugurado no final de 2013 pelo Poder Público Municipal. Por determinação judicial, cem unidades foram destinadas a uma parte das famílias vítimas do incêndio ocorrido no período no bairro Perpétuo Socorro⁷ e as demais foram ocupadas de acordo com o cadastramento das famílias efetuado pelo Município. (BELUCIO, 2016; SCHEIBE, 2016)

⁷ Em outubro de 2013 houve um incêndio na área de ressaca do bairro Perpétuo Socorro destruindo a casa de cerca de 250 famílias. Este episódio e as trajetórias de vida de quatro mulheres vítimas do incêndio foram abordados no trabalho de doutorado de Scheibe (2016).

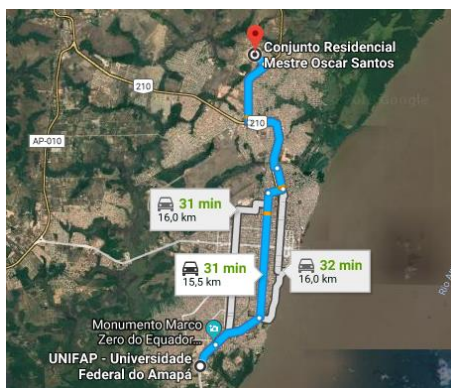


Figura 7 - Distância entre a UNIFAP e o Conjunto Mestre Oscar Santos em Macapá. Fonte: Google Maps, 2018.



Figura 8 - Localização do Conjunto Mestre Oscar Santos em Macapá. Elaboração: MATSUNAGA, 2018. Fonte: Google Earth, 2018.

Conforme informações concedidas pela jornalista Márcia Corrêa, presidente da Fundação Municipal de Cultura de Macapá à época da inauguração do Conjunto, o projeto foi inicialmente denominado “Bairro Forte”. Por iniciativa do prefeito Clécio Luís, que tinha o desejo de atribuir uma identidade cultural local específica ao Conjunto, houve a alteração do nome para Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (1905-1976) ⁸.

Segundo Márcia, com a mudança de nome e a aplicação do conceito de ‘cidades criativas’ como estratégia para contribuir com o senso de pertencimento dos moradores, foi realizado um trabalho de identidade visual e conceitual vinculado à música, uma vez que o compositor e professor Oscar Santos é uma das grandes referências musicais do Amapá. Nesse sentido, destaca-se a denominação das vias, que receberam nomes de canções de músicos amapaenses, além do trabalho da Associação Macapaense de Artesãos e Artistas (AMAARTE), que ficou responsável pela ambientação visual do Conjunto (Figura 9). Houve ainda o trabalho da Companhia de Transportes e Trânsito de Macapá (CTMAC) com faixa de travessia de pedestres em motivos musicais (Figura 10) e do artista plástico Ernandes Melo, que confeccionou estátua do Mestre Oscar implantada próximo à caixa d’água que abastece o Conjunto (Figura 11).



Figura 9 – As vias são identificadas com nomes de músicas de artistas locais. Foto: Dyepeson Martins/G1, 2013⁹.



Figura 10 – As faixas de pedestres com referência às notas musicais. Foto: Alcilene Cavalcante, 2013¹⁰.

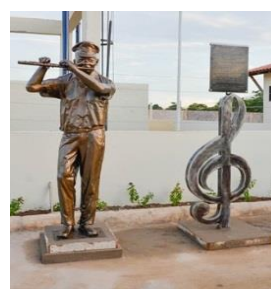


Figura 11 – Estátua em homenagem ao educador musical Mestre Oscar Santos. Foto: Alcilene Cavalcante, 2013.

⁸ Informações verbais coletadas em entrevista com Márcia Corrêa, jornalista e ex-presidente da Fundação Municipal de Cultura de Macapá (FUMCULT) ao pesquisador Caio Lucas Picanço no dia 25 de abril de 2018.

⁹ <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/11/ruas-de-conjunto-habitacional-no-ap-homenageiam-musicos-do-estado.html>

¹⁰ <https://www.alcinea.com/macapa/residencial-oscar-santos-um-memorial-a-ceu-aberto/comment-page-1>

Desde a inauguração até os dias atuais, destacam-se alguns problemas de ordem social e de infraestrutura que têm ocorrido no Conjunto Mestre Oscar. No que cabe aos problemas de ordem social, há a questão da criminalidade, apontada pelos moradores, além de problemas com atos de vandalismo nos equipamentos coletivos e na estátua do homenageado, os quais foram noticiados por diversos veículos de mídia local.

Nesse sentido, como todo empreendimento financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, havia a necessidade de um Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS)¹¹ ser implementado assim que as famílias ocupassem as residências, no entanto isso não ocorreu. O objetivo do PTTS é desenvolver laços de vizinhança, organização comunitária e participação política através de ações de mobilização, educação sanitária e geração de renda. Uma vez que o PTTS não foi implementado, muitas famílias tiveram dificuldade de adaptação pois grande parte vivia em áreas de infraestrutura urbana muito precárias, desconhecendo funcionamento das redes sanitárias, por exemplo. Além disso, o fato de uma parte das unidades serem destinadas às famílias vítimas do incêndio do bairro Perpétuo Socorro instituiu um processo de diferenciação entre os moradores do Conjunto, reforçado pela isenção de suas das taxas para a moradia.

Em relação aos problemas de infraestrutura, destacam-se as questões do abastecimento de água e do tratamento do esgoto, também noticiados por diversos meios de comunicação locais. Segundo imprensa local, assim que as unidades foram entregues, já começaram a ser relatados problemas na rede de esgotamento sanitário.

A METODOLOGIA DO ATAU: DIVISÃO EM ETAPAS E EIXOS, ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES E DIÁLOGO COM MORADORES

“A assistência técnica, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, só pode realizar-se na práxis. Na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica.” (FREIRE, 1968)

Em 1968, ao problematizar o termo “extensão” Paulo Freire relaciona a ideia equivocada de uma transmissão de conhecimento dentro de uma acepção acrítica ou nas palavras do autor, estática. Freire entende que o termo extensão está associado à ideia de “domesticação” do outro, ao tratá-lo como “coisa” negando-o como ser de transformação do mundo. Como proposta condizente a um “educador-educando”, o autor defende o termo comunicação, já que “não há, realmente, pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado” (FREIRE, 1968).

Na perspectiva freireana, a ação dialógica – seja entre os docentes e estudantes, seja entre a universidade e famílias – foi a atitude buscada no ATAU-UNIFAP. Assim, o objetivo da

¹¹ Na época da inauguração do CHMOS a Portaria 610/2011 do Ministério das Cidades colocava a exigência da execução do Projeto de Trabalho Técnico e Social em todo empreendimento do PMCMV. Para os novos empreendimentos, desde a Portaria 412/2015, passou-se a exigir o PDST no sentido de adequar o projeto social às novas diretrizes do Programa.

aplicação dos questionários na primeira etapa, além de colocar os alunos em campo¹² - abrindo com isso outras possibilidades discutidas no ATAU¹³ – e atualizar o perfil socioeconômico dos moradores, foi proporcionar uma base para a seleção das famílias que seriam atendidas na etapa seguinte. Assim, a segunda etapa, com base no questionário aplicado, foi organizada a partir de dois eixos: um relativo às áreas particulares (casas/lotes) e o eixo das áreas públicas (área do campo, área do centro comunitário, área ao lado da caixa d'água) do Conjunto.

Etapas	2016.2 Preparação - Articulação interinstitucio- nal	2017.1 Preparação para Etapa1	2017.1 Etapa 1 - aplicação de questionários socioeconômicos e de inscrição	2017.2 / 2018.1 Etapa 2 - eixo: áreas particulares	2017.2/2018.1 Etapa 3 – eixo: áreas públicas
Organizaçã- o para atividades	-	-	Aplicação dos questionários em dupla de alunos, de porta em porta	Organização de trabalho em duplas de alunos	Apenas um grupo de trabalho no qual todos participam com reuniões semanais
Atividades	Reuniões para estabelecimento de parcerias interinstitucionais e da área de intervenção - CAU-AP - Prefeitura Municipal - Promotoria de Meio Ambiente do Estado do Amapá	Treinamento para aplicação dos questionários	Plantão de inscrição	Questionário de Avaliação-pós-ocupação (APO)	Oficinas de projetos para área do campo e Centro Comercial a partir das diretrizes definidas na I Oficina com moradores realizada em 2017.2
		Apresentação do ATAU às lideranças comunitárias	Reunião devolutiva sobre aplicação dos questionários e famílias selecionadas	Entrevistas para definição de programa de necessidades	
		Apresentação do ATAU aos moradores		Apresentação dos projetos aos parceiros e moradores	

Tabela 1 – Desenvolvimento das atividades do Projeto ATAU-UNIFAP em etapas e eixos. Fonte: MATSUNAGA (2018)

ETAPA 1 – QUESTIONÁRIOS

Na primeira etapa de desenvolvimento dos trabalhos do ATAU, foram aplicados os questionários junto aos moradores do Conjunto Mestre Oscar entre os meses de fevereiro a abril de 2017, sendo o último dia de plantão para as famílias que não foram encontradas em sua residência (Figura 12). O questionário possuía questões voltadas a fatores socioeconômicos das famílias, questões acerca das unidades residenciais, e ainda, questões referentes à infraestrutura do bairro.

Nesta etapa os diálogos trocados entre os discentes e os moradores foi extremamente importante por revelar histórias de vida desconhecidas e estimular a troca entre as diversas

¹² Muitos alunos por estarem nos semestres iniciais do curso, não tinham experiência com pesquisa de campo. Como o ATAU também pressupõe uma atividade vertical, quando abrimos chamado aos alunos, definimos apenas como critérios de seleção o compromisso de tempo para aplicação dos questionários, que naquele momento, tinha previsão de ser realizado em apenas um mês. No total da primeira etapa, participaram, além dos dois bolsistas, Caio Picanço e Jhosefy Viana, 25 alunos que receberam treinamento para aplicação dos questionários realizados em duplas, com 7 idas a campo entre fevereiro a abril de 2017. Das 528 residências, foram entrevistadas 194, ou seja, cerca de 37% do total; muitas casas estavam fechadas e provavelmente os moradores estavam trabalhando devido ao horário comercial.

¹³ Foi discutida a possibilidade de publicação posterior que sistematize a experiência do ATAU numa perspectiva avaliativa sobre a extensão e sua importância na formação do arquiteto-urbanista, além de abordar conceitualmente o tema e os conteúdos encontrados em campo.

turmas. Muitos estudantes sensibilizaram-se com as condições relatadas, sendo este o momento inicial de discussão crítica da equipe em campo (Figura 13).



Figura 12 - Aplicação dos questionários socioeconômicos no Conjunto Habitacional Mestre Oscar (fev-abr2017). Foto: Elizângela Pantoja, 2017.



Figura 13 – Discussões iniciais entre a equipe após entrevistas com moradores. Foto: Acervo ATAU, 2017.

No aspecto social, 50% tem a renda familiar até 1 salário mínimo, a taxa de escolarização é baixa, 7% dos moradores são analfabetos e 41% têm ensino fundamental incompleto, além do índice de desemprego ser de 21%. A metade dos moradores possui até 18 anos, ou seja, é uma população extremamente jovem, com necessidade de espaços de lazer e encontro, além de equipamentos de saúde e educação próximos.

No âmbito das áreas particulares (casas/lotês), destacam-se as reformas já realizadas. Conforme a amostragem de unidades onde houve aplicação de questionários, levantou-se um percentual de 59% de famílias que já reformaram e 41% de famílias que ainda não havia realizado reformas. A unidade residencial entregue é padronizada, tem dois dormitórios e no total possui 37m² de área útil, ou seja, área relativamente pequena para as famílias moradoras, que possuem em média 4 a 5 pessoas, com alguns poucos casos chegando até 10 membros.

No que cabe à avaliação das condições de infraestrutura urbana, conforme os gráficos abaixo, conclui-se que a maior parte dos itens são classificados como ruins (cor vermelha) ou regulares (cor amarela), sendo que apenas os itens “coleta de lixo” e “pavimentação” são classificados como excelentes (verde escuro) ou bons (verde claro).

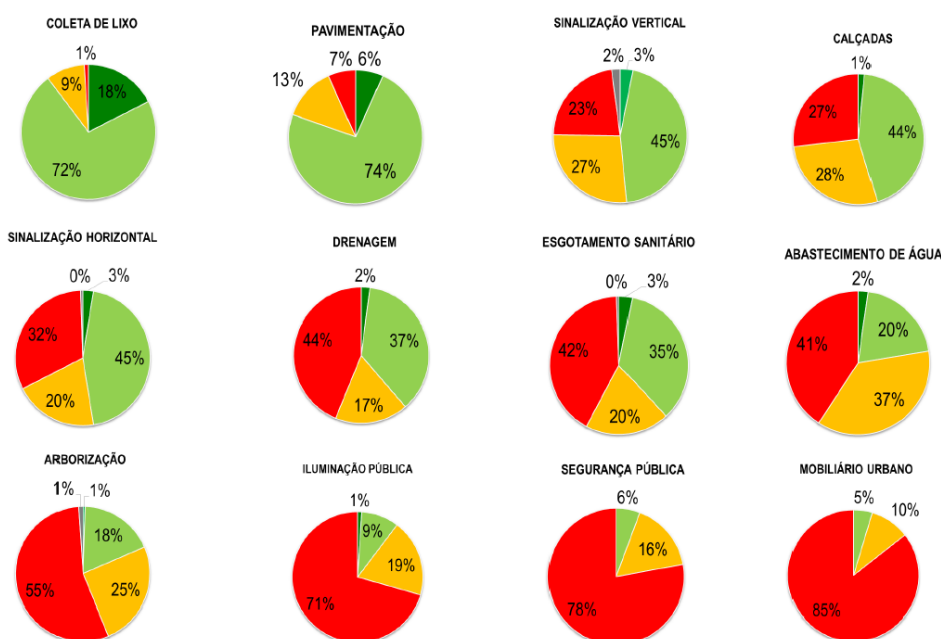


Figura 14 - Gráficos indicando avaliação dos moradores por item de infraestrutura. Fonte: MATSUNAGA et al (2018).

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS A SEREM ASSISTIDAS

Com base em percentuais calculados pela sistematização dos dados dos questionários, foram estipulados proporcionalmente à ocorrência no CHMOS, os critérios de seleção de dez famílias que correspondem, além da renda mensal até 3 salários mínimos a: (1) a liderança feminina na responsabilidade da residência, 44%; (2) alguma pessoa com deficiência, 14% ou (3) idosa no núcleo familiar, 6%; (4) vítima do incêndio do Perpétuo Socorro, 18%; (5) adensamento excessivo, 11% e (6) existência de atividade remunerada que necessite de espaço físico, 7%¹⁴.

Destes critérios, o três primeiros são previstos no Manual de Instruções para seleção dos beneficiários finais do PMCMV¹⁵. Os demais critérios foram tomados com base no perfil do próprio Conjunto, entendendo sua peculiaridade e dando maior atenção aos casos de extrema vulnerabilidade social.

A preocupação ao serem priorizadas as famílias mais vulneráveis teve como pressuposto o direito à moradia. Porém, sob outra perspectiva, deixou-se de atender famílias que tivessem maiores possibilidades de execução das obras. Temos que a prioridade às famílias de menor renda acabou se transformando num grande empecilho, pois sem parceria com Poder Público, ou com empresas interessadas, a obra é inviabilizada. Muitos dos

¹⁴ Além desses critérios de seleção, reformas já executadas (59% dos casos); a existência de verba para execução da reforma (17%) e se haveria como poupar para executar a obra posteriormente (65%) também foram cogitados como critérios a serem utilizados na seleção das famílias. No entanto, tais itens, paradoxalmente, devido aos elevados índices, ampliavam nosso universo ao invés de reduzi-lo. Ainda que o ATAU tenha partido inicialmente da identificação das obras irregulares, a aplicação dos questionários acabou encontrando uma realidade social mais complexa e que não se estabelece apenas no binômio obra-já-executada e projeto de regularização, mas sim na identificação das necessidades das famílias, além disso, pelo critério de renda, inicialmente todas têm o direito à assistência técnica.

¹⁵ Portaria No. 412/2015 MCidades.

selecionados estavam desempregados e com filhos para cuidar. Ainda que a casa necessite de adequação ou ampliação, a prioridade para tais famílias é obviamente outra, de necessidades alimentares e de vestuário, por exemplo.

ETAPA 2 – EIXO ÁREAS PARTICULARES

Após o processo de seleção das 10 famílias que seriam contempladas com a realização dos projetos de assistência técnica, procedeu-se à realização de entrevistas com as mesmas. Nesta etapa, participaram 10 alunos¹⁶, 8 dos quais eram remanescentes da etapa anterior. Para a condução desta, foram pré-definidas 5 duplas constituídas de 2 alunos, as quais ficariam, cada uma, responsáveis pelos diálogos com duas famílias, bem como pelo desenvolvimento dos respectivos projetos.

As entrevistas com as famílias selecionadas foram realizadas entre os meses de junho e agosto de 2017, e tinham como objetivo ratificar informações já concedidas na etapa de aplicação de questionários, bem como aprofundar apontamentos acerca dos desejos e necessidades das famílias de modo a estabelecer um programa de necessidades. Ainda nessa ocasião, os moradores foram questionados a respeito de percepções de conforto ambiental (avaliação pós-ocupação), e foi realizado o levantamento físico e fotográfico das residências. Atendo-se neste tópico, às questões que visavam ao estabelecimento dos programas de necessidades, as entrevistas continham perguntas voltadas às mudanças que os moradores tinham como prioridade para as suas residências e aos costumes e modo de organização das famílias no espaço.

Com a análise conjunto dos programas, percebe-se que, ainda que os projetos possuíssem muitas particularidades, havia alguns pontos em comum, os quais tinham relação com o estado em que as unidades habitacionais foram entregues aos beneficiados. Nesse sentido, evidencia-se que boa parte das famílias entrevistadas relataram o desejo de ampliar a residência, em especial a sala e a cozinha, forrá-la e construir os muros de divisa dos lotes.

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO) DAS RESIDÊNCIAS

A APO visa avaliar o desempenho físico das edificações e verificar se as necessidades do tema estão sendo atendidas e se os usuários estão satisfeitos, pois os resultados da APO são o ponto inicial para a elaboração do projeto arquitetônico. (ROMÉRO E ORNSTEIN, 2003)

Como já dito, em relação às 10 famílias selecionadas foi realizada a APO de Conforto Ambiental através de questionários com respostas objetivas. Analisando-se as respostas referentes ao conforto térmico, o ambiente onde a maioria das pessoas se sentem mais confortáveis é a sala (34%), mas a área de serviço, também por ser aberta, obteve a mesma porcentagem (33%) que a sala que não coincidentemente são os ambientes em que estas pessoas elencaram que passam mais tempo na casa.

¹⁶ Alunos envolvidos na segunda etapa, por turma: Caio Picanço e Jhosefy Viana (2013), Brenda Uliana e Filipe Barbosa (2014), Ana Patrícia Pereira, Carolina Cardoso, Victor Neves e Vinícius Anjos (2015), Juliana Quadros e Ygor Simões (2016).

Na avaliação sobre a sensação térmica e a ventilação dos cômodos, com relação ao calor, a sala foi considerada pela maioria neutra (40%) ou muito quente (40%), e dividida também entre pouco ventilada ou com vento suficiente; a cozinha teve opiniões bem divididas entre calor (40%), neutro (30%) e muito calor (30%), e foi considerada pouco ventilada; já os quartos, estes foram os mais mal avaliados pela maioria, como sendo muito quentes (56% e 45%) e pouco ventilados.

A avaliação negativa dos quartos como destaque nas respostas é causada pela orientação inadequada dos mesmos. Dentre as famílias avaliadas, havia três tipos de implantação distintos (Figura 15) onde 60% das residências pesquisadas possuem quartos voltados para oeste (W), recebendo muita radiação à tarde (período mais quente) e não estando voltados para os ventos predominantes leste e nordeste.

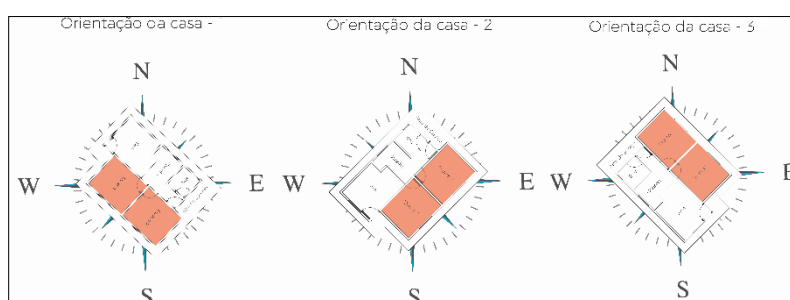


Figura 15 - Gráficos de avaliação da ventilação. Fonte: SILVA, 2018.

Sobre a utilização de equipamentos de resfriamento, todos utilizam algum equipamento de resfriamento artificial nas residências, sendo em sua maioria o ventilador (entre 50% e 60%), devido, provavelmente, ao baixo poder aquisitivo da maioria das famílias, mas algumas também utilizam o ar condicionado. Os quartos são os ambientes onde estes equipamentos são mais utilizados, devido aos motivos já explicitados anteriormente, o que comprova a relação direta conforto-eficiência energética, uma vez que a ausência do primeiro vai levar a gastos maiores com contas de energia devido ao uso do ar condicionado.

Quanto a avaliação de luz natural nos cômodos das residências, de maneira geral ela foi positiva, todos os ambientes foram avaliados pela maioria com iluminação suficiente, mas os quartos foram elencados como os ambientes menos iluminados (60%) e a sala como o mais iluminado (78%)

Com relação aos ruídos incomodativos, produzidos externamente as residências, eles são provenientes, segundo a avaliação, em sua maioria da própria vizinhança (67%) e o restante pelas atividades na quadra.

O ruído é produzido na maior parte durante os fins de semana, mas na semana também ocorre consideravelmente e mais no período da noite, mas ocorre também o dia todo, segundo alguns relatos. Isto também pode corresponder ao fato de que existe um número elevado de pessoas desempregadas no conjunto fazendo com que, mesmo durante a semana e durante o dia haja produção desse ruído por parte dessas pessoas que não estão tendo uma ocupação e ficam o dia todo em casa com tempo ocioso.

Com relação a classificação qualitativa e quantitativa desse ruído, a maioria classificou-os como ruins e muito altos.

ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO

Após a realização das entrevistas e o estabelecimento dos programas de necessidades (Figura 16), os projetos de reforma e ampliação começaram a ser desenvolvidos pelas duplas de estudantes sob orientação técnica dos docentes.

Uma vez realizado o desenvolvimento preliminar dos projetos arquitetônicos, os alunos participaram de um novo encontro com as famílias com o intuito de estabelecerem um diálogo mais próximo e estabelecer um sentimento de confiança.



Figura 16 - Elaboração dos projetos de reforma em diálogo com os moradores. Foto: Acervo ATAU, 2017.

No dia 14 de abril de 2018, foi realizado na UNIFAP, um novo encontro visando apresentar coletivamente os projetos às famílias do conjunto, bem como às lideranças comunitárias, representantes da prefeitura e membros do corpo técnico da Universidade. Apesar da confirmação da presença através de ligação telefônica e visita em semana anterior ao encontro, nenhum dos moradores contemplados compareceu, ainda assim, os projetos foram apresentados aos presentes (Figura 16 e Figura 17).



Figura 16 - Apresentação dos projetos de reforma pelos estudantes Ana Carolina e Ygor. Foto: Acervo ATAU, 2018.



Figura 17 - Proposta de reforma para casa da Clenilda realizada pelos estudantes Ana Patricia e Felipe. Imagem: Acervo ATAU, 2018.

ETAPA 3 – EIXO ÁREAS PÚBLICAS

Em relação ao eixo das áreas públicas, foram discutidas e acordadas coletivamente suas diretrizes de uso e necessidades com os participantes do I Seminário e Oficina sobre Assistência Técnica no Amapá¹⁷ ocorrido nos dias 19 e 20 de agosto de 2017 cujos encaminhamentos foram retomados no início de 2018.

Foram discutidas e acordadas diretrizes para três áreas públicas do CHMOS (Figura 18). A primeira corresponde à área onde se encontra atualmente a estrutura do Centro Comunitário em condições inadequadas para uso devido aos saques de energia e depredação das instalações. As diretrizes acordadas foram reformar o espaço de modo a implantar um centro com atendimento social e psicológico, além de realização de cursos, bem como a instalação de um viveiro de mudas e horta comunitária. A segunda área corresponde à maior de todas e onde se encontra o campo de futebol. Para esta que é a principal área coletiva do Conjunto, as diretrizes foram qualificar o espaço de modo a permitir a realização de campeonatos além dos treinos das escolinhas de futebol já existentes, com quadra poliesportiva, áreas de brincadeira e para barracas de alimentação. A terceira área corresponde a uma área institucional, atualmente vazia e desocupada onde foi colocada a necessidade de construção de um Centro Comercial que associasse feira de verduras e legumes com pequenos comércios e serviços locais. Tais diretrizes foram acordadas conjuntamente com a equipe da Prefeitura que ficou responsável pelo encaminhamento das demandas. O ATAU ficou responsável pela elaboração dos respectivos projetos, no entanto, a discussão sobre a viabilidade direcionou e focou para apenas uma das áreas. Assim, está sendo realizado o projeto básico de arquitetura para o Centro Comercial (Figura 19) e para tanto, realizou-se parceria com o Escritório Modelo do curso de Engenharia Civil da UNIFAP para cálculo dos projetos complementares, quantitativos e orçamentos.



Figura 18 - Oficina sobre as áreas públicas do CHMOS em 20 de agosto de 2017. Foto: acervo ATAU, 2017.



Figura 19 - Proposta para o Centro Comercial do CHMOS de acordo com diretrizes acordadas com os moradores. Imagem: Acervo ATAU, 2018.

COSTUMES E NECESSIDADES

Os costumes dos moradores da região Norte têm muita relação com o modo de vida ribeirinho, uma vez que muitas comunidades e cidades encontram-se às margens dos rios e

¹⁷ O I Seminário e Oficina sobre Assistência Técnica em HIS no Amapá foi organizado pela equipe do ATAU-UNIFAP e patrocinado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU-AP) contou com participação do arquiteto da Assessoria Técnica a movimentos sociais USINA-CTAH de São Paulo e professor da FAUUSP, José Eduardo Baravelli.

igarapés. Tais hábitos permanecem no meio urbano como por exemplo, a utilização da rede para dormir em substituição à cama e o colchão, além do ambiente da varanda, muito comum nas moradias ribeirinhas. As adaptações realizadas pelos moradores refletem esses aspectos (Figura 20 e Figura 211).



Figura 20 - Dormir em rede é um hábito muito comum na região amazônica. Foto: Acervo ATAU, 2017.



Figura 21 – A varanda é muito comum nas casas ribeirinhas de madeira típicas da região amazônica. Foto: Acervo ATAU, 2017.

Por outro lado, as adequações também foram realizadas no sentido de melhorar as condições de segurança e conforto térmico da unidade residencial. Percebeu-se grande ocorrência de gradeamento e troca de esquadrias por outras de melhor qualidade. (Figura 22)

Tendo em vista a diversidade climática do Brasil, na elaboração dos projetos e na construção de edificações são recomendadas algumas estratégias e diretrizes construtivas para promover a adequação climática dos ambientes e consequentemente o bem-estar das pessoas. A NBR 15220-parte3 estabelece oito zonas bioclimáticas brasileiras. A zona 8, onde Macapá está localizada, requer a utilização de grandes aberturas além de sombreamento das mesmas. Na Figura 23 vemos que houve a troca de janela e beiral realizados por morador para melhorar as condições de segurança e conforto térmico da residência entregue.



Figura 22 - Gradeamento nas aberturas para evitar roubos e furtos e falta de ambientes internos e anexos para demais usos dos moradores. Foto: Acervo ATAU, 2017.



Figura 23 – Troca de esquadria e construção de beiral para evitar insolação direta no ambiente feita pela moradora. Foto: Acervo ATAU, 2017.

ESTUDANTES ENVOLVIDOS

O projeto de extensão ATAU tem como uma de suas bases fundamentais a participação de alunos de diferentes estágios do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. Esta definição permeou a condução do projeto desde a tomada de decisões acerca do planejamento de atividades até a execução das mesmas. Neste contexto, julgou-se importante, para o melhor entendimento do próprio projeto sob diversas perspectivas, questionar os alunos acerca de sua participação mediante a aplicação de um formulário online. A pesquisa foi realizada em abril e maio de 2018.

No que cabe à primeira pergunta, que questionou a motivação dos alunos para participar do projeto, as respostas concentraram-se, em suma, na justificativa da oportunidade de ter uma experiência com projetos e “clientes” reais, em um grau que os trabalhos da academia, em geral, não permitem. Desse modo, a experiência profissional foi a principal justificativa para esse questionamento.

Na segunda pergunta, os alunos foram questionados sobre suas preferências a respeito das atividades realizadas no projeto. Destaca-se que as atividades que mais despertam o interesse são as conversas com os moradores e as discussões em grupo com o tema, ao passo que a elaboração de projetos arquitetônicos e complementares é a atividade que os alunos menos gostam de realizar.

Na terceira pergunta, ainda referente à segunda, os alunos tiveram que especificar outra atividade que gostariam de avaliar, como consequência da marcação do item “outros”, da questão anterior. Em geral, os mesmos responderam que gostam das atividades que envolvem diretamente a comunidade e os órgãos públicos, como eventos e palestras, além da possibilidade de elaborar projetos com potencial para serem de fato executados e contribuir com a efetivação do direito à Assistência Técnica das famílias de baixa renda.

Na quarta pergunta, questionou-se o que os alunos têm aprendido com sua participação no projeto. Os mesmos responderam, em sua maioria, que aprenderam a enxergar e se sensibilizar com as necessidades reais das pessoas para as quais se está projetando, bem como o contato com os conceitos diferenciados entre os termos ‘assistência’ e ‘assessoria’ e das problemáticas do Programa Minha Casa Minha Vida.

Por último, pediu-se que os alunos escrevessem sugestões para o aprimoramento do projeto de extensão. Dentre as muitas contribuições que foram dadas, destacam-se respostas como: (1) maior atenção aos projetos complementares e ao orçamento devido às dificuldades que os alunos de arquitetura têm com os mesmos; (2) melhorar a forma de seleção das famílias para que as mesmas possam ter recursos para executar as obras; (3) melhorar a relação e as parcerias com os órgãos públicos; (4) realizar ateliers de projeto com professores e alunos e; (5) melhorar a divulgação externa do projeto de extensão.

É preciso ressaltar que dois estudantes envolvidos com o ATAU escolheram debater e enfrentar o tema da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social em seus trabalhos finais de curso. O caso de um deles, inclusive, resultou do contato estabelecido durante a

etapa da aplicação dos questionários no CHMOS. O discente realizou um diálogo contínuo, realizando vivências com uma família do CHMOS que tem uma pessoa com deficiência e realizou um projeto de ampliação e adequação às necessidades de acessibilidade universal e desejos da família.

COMENTÁRIOS FINAIS

A definição do escopo do ATAU, incluindo sua denominação (Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo e não em Habitação de Interesse Social), partiu da experiência individual de cada um dos professores envolvidos, que seja durante a formação acadêmica, seja durante a prática profissional em outros cursos de arquitetura, tiveram contato ou participaram de algum tipo de atividade de extensão. E nesse sentido, é interessante perceber como uma experiência anterior relacionada à prática extensionista é imprescindível para desencadear um “efeito dominó” no sentido de potencializar sua reprodução crítica em outros contextos.

Desse modo, considerando que o ATAU foi um projeto de extensão piloto organizado por um grupo de docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP é importante analisar as dificuldades do processo de sua implementação. Um dos principais empecilhos foi a difícil articulação interinstitucional devido à incipiência de projetos de extensão pré-existentes – o que dificultou muitos procedimentos para realização de parcerias e convênios. Além disso, a ausência do apoio do Poder Público e de instituições públicas, órgãos e entidades que pudessem aportar recursos para as obras foi um dos principais problemas para considerarmos a efetividade do ATAU.

No aspecto social, vale ressaltar a ausência do Projeto Social após a mudança das famílias para o Conjunto, o que resultou em obstáculos na comunicação efetiva entre os moradores (totalmente desarticulados) e a equipe do ATAU. O Poder Público, por sua vez, trata com distanciamento os moradores; uma intermediação poderia ser realizada por uma Associação de Moradores, por exemplo. Nota-se que a mobilização social é necessária, porém deveria ser iniciativa das próprias famílias.

Em relação ao papel da Universidade, muitas vezes a Extensão é confundida como assistencialismo, no sentido de manter o *status quo* das relações já estabelecidas entre Universidade e Sociedade. Em outro aspecto, de modo diferenciado aos procedimentos de outras áreas do conhecimento, no campo da Arquitetura e Urbanismo, a Extensão não pode ser entendida apenas como a possibilidade de aplicação das pesquisas em campo, como se fizéssemos experimentos ou testes de pesquisas. Muito pelo contrário, a ideia é de que a Extensão paute a Pesquisa e o Ensino, direcionando discussões, possibilitando aberturas para outras arquiteturas e outros urbanismos críticos, e por isso especialmente propositivos.

Considerando também a formação do arquiteto-urbanista, a vivência prática do campo (atividade inexistente no âmbito do Ensino) proporcionada aos discentes é extremamente importante por compor as prerrogativas da atividade projetual, que vai ser desenvolvida em todos os semestres do curso de graduação no âmbito das atividades do Ensino. E longe de ser apenas uma atividade de coleta de dados de campo, a extensão universitária no âmbito da

arquitetura e urbanismo tem o objetivo de associar a teoria e a prática em diálogo permanente com os moradores, intervindo na realidade social e tendo sempre como princípio norteador a busca pela autonomia e emancipação dos envolvidos. Portanto, é necessário dizer que o ATAU parte de uma visão engajada em relação à formação acadêmica e à universalização da arquitetura e urbanismo; pressupondo uma formação crítica e contextualizada do arquiteto-urbanista da UNIFAP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELUCIO, Lena P. *Conjunto Habitacional Mestre Oscar (PA) – uma proposta de intervenção urbana*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, 2016.

BECKER, Bertha. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: EDITORA GARAMOND, 2013.

CAU-SC. *Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. Volume: Produto II – Diagnóstico*. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Lei Federal No. 11.888/2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: EDITORA PAZ E TERRA, 1983/1968.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão*. São Paulo: EDITORA BOITEMPO, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: EDITORA PAZ E TERRA, 1979.

MARICATO, Ermínia (Org). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. 2ª ed. São Paulo: EDITORA ALFA-ÔMEGA, 1982/1979.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo – ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. *Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole*. São Paulo: EDITORA FAUUSP/FAPEESP, 2006.

MATSUNAGA, Melissa Kikumi (Coord). *Relatório Etapa 1 – Aplicação dos questionários socioeconômicos no Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos em Macapá-AP*. Projeto de Extensão da Universidade Federal do Amapá. Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo (no prelo).

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo: EDITORA STUDIO NOBEL, 1997.

ROMÉRO, Marcelo; ORNSTEIN, Scheila Walbe. (ed. e coord.). *Avaliação Pós-ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social*. Porto Alegre: ANTAC, 2003. (Coleção Habitare).

SCHEIBE, Roberta. *Tempos de chorar e de sorrir no espaço da morada: um estudo socioantropológico de mulheres resistentes marcadas pela tragédia em Macapá-AP*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

TOSTES, José Alberto. *Planos Diretores no Estado do Amapá – Uma Contribuição para o Desenvolvimento Regional*. Macapá: J. A. Tostes, 2006.

TOSTES, José Alberto, DIAS, Simone Ferreira. As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressaca na Amazônia. In: *Anais do IV Enanparq*, Porto Alegre, 2016.

UNIFAP. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019*. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2015